

**Silvina Rodrigues Lopes. *A Inocência do Devir*.
Lisboa, Vendaval, 2003.**

Pedro Eiras

Desde o título *A Inocência do Devir* até à citação final de Nietzsche sobre a possibilidade de dizer um “sim” absoluto à existência, Silvina Rodrigues Lopes define, neste excelente ensaio sobre a poesia de Herberto Helder, um repto: assumir uma leitura do poema como dicção de uma metamorfose em acontecimento. Recusando o essencialismo do dizer poético que impera em Platão e Hegel (44-47), Silvina Rodrigues Lopes pensa a poesia herbertiana a partir de uma contínua auto-interrogação pela qual a escrita coloca em dúvida os seus próprios pressupostos teóricos. O devir consiste pois (mas que *consistência* pode haver no *devir*?) na leitura do poema como acontecimento de “ritmo,” “movimento,” “circulações” (7), pluralidade de leituras possíveis e formação de diferentes objectos textuais, revisão pela qual o poema testa a sua própria legibilidade. Que o *devir* do texto seja ainda *inocente*, conforme sugere o título, diz ainda que esta compreensão não essencialista da *poiesis* não pode deixar de se descrever em termos éticos. Se o gesto de interrogação da legibilidade pela assunção de um devir de radical “desenraizamento” (11) pode lembrar o gesto nietzschiano de defesa da filosofia heraclitiana do devir contra o essencialismo de Parménides (*A Filosofia na Idade Trágica dos Gregos*, 1873), por outro lado esta releitura de Herberto Helder pede a última transformação do “altivo leão” em criança que, segundo *Assim Falou Zaratustra* (1883-5), alcança um estádio ético de “novo começo, jogo, roda que gira por si própria, primeiro móbil, afirmação santa” (citado por Silvina Rodrigues Lopes, 86).

Para dizer uma poética que não se pauta por categorias fixas mas por um movimento de criação e auto-revisão contínua, Silvina Rodrigues Lopes reformula o próprio vocabulário crítico de trabalho. Cito alguns termos técnicos que surgem nas primeiras páginas do ensaio: devir, articulação, fluxo, dispersão, agregação, ruptura, divergência, entrelaçamento, linha, nó, ferida, troca, união, atracção, repulsa. Alguns destes termos têm forte ressonância deleuziana (como “agenciamento,” ou “desenraizamento,” que lembra “des-territorialização”) e a própria palavra “rizoma” parece subjazer a toda a leitura. Este vocabulário muitas vezes metafórico permite codificar fenómenos tão dificilmente definíveis na leitura de poesia como o ritmo (aqui, um acon-

tecimento muito mais complexo do que qualquer mensurabilidade métrica). De facto, a teoria da literatura não possui qualquer gramática do ritmo ou da metamorfose; as “redes de atracção e simpatia” em Silvina Rodrigues Lopes (99) podem, portanto, descrever estruturas de puro devir que sejam, mais do que meros quadros de sentido ou ligações entre objectos definidos, operações de transformação.

Por isso esta análise recusa a “continuidade totalizadora, como a do discurso lógico, ou do teológico,” que “exclui o descontínuo” (14-15), mas sem sacrificar a “ideia de poema como organização diferencial de forças-sentidos que produz ou despoleta ressonâncias, rompendo a superfície e abrindo-a a uma *continuidade subjacente*” [itálicos meus] (24). Por isso se torna necessário reformular o vocabulário de análise: a poética de inspiração aristotélica-horaciana dificilmente permite tratar a excepção, o fragmentário, o monstruoso; o desafio herbertiano aqui aberto implica descrever uma construção a partir do que não cabe nas categorias estéticas clássicas. E se *A Inocência do Devir* deixa o desejo de vermos mais definidas ou sistematizadas as ferramentas de trabalho (o que é uma “atracção?” o que é uma “simpatia?” que relação ao certo estabelecem entre elas?), constituindo-se afinal as figuras de uma gramática do ritmo, o mesmo ensaio adverte ainda para o perigo de qualquer definição ou sistema. Nesta saudável impossibilidade de fixar a leitura do devir em “gramáticas,” Nietzsche volta a ecoar: “A vontade de sistema é uma falta de honestidade,” escreve algures.

O poema herbertiano e o ensaio de Silvina Rodrigues Lopes comungam portanto de estratégias para impossibilitarem a formação do sistema ou da leitura sistemática. A ironia de Herberto Helder, especialmente em *Photomaton & Vox*, onde todas as leituras, incluindo as que o próprio texto propõe, ficam dubitadas ou impossibilitadas, impede de encontrar qualquer instância de verdade interior ou exterior ao texto: “E leia-se como se quiser, pois ficará sempre errado” (*Photomaton & Vox*, 3ª ed., 1995: 162). *Double bind*: obedecer ao texto, lê-lo, implica compreender que ele é ilegível, e por isso a própria afirmação de ilegibilidade não implica nenhuma verdade como fundamento da ilegibilidade. Silvina Rodrigues Lopes mostra que na poesia herbertiana uma voz “recusa Deus como causa, admitindo-o no entanto como potência” (78): é que “Deus como causa garantiria a estabilidade do sentido, isso mesmo que a *figurabilidade do discurso poético* põe em questão. Com efeito, a figurabilidade é aquilo que abre na linguagem o processo de translação ou trânsito do sentido” [itálicos meus] (79). Pode dizer-se, pois, que *há* sentido,

mas não há *um* sentido, *há* sentido que é a divagação do próprio sentido inagarrável, em metamorfose. A autora mostra como a metamorfose não é estranha a Hegel, mas subordina-se ali a uma teleologia, um unificador e sistemático “sentido da História” (46) que o poema herbertiano substitui por uma livre, inadivinhável variação sem degradação, sem superação (47) e sem *telos* (56): “Se admitirmos que a mudança não está pré-determinada, estaremos dispostos a olhar o monstruoso das narrativas míticas sem o reduzir à ilustração de uma degradação” (63). Note-se que a recusa de uma ética (avaliação da metamorfose em termos de decadência e castigo, como tantas vezes, mas não sempre, em Ovídio) não implica a rasura radical de toda a ética. Releia-se o título: o devir é *inocente*.

Ao admitir que “Contra o fim, *pelo recomeço como experiência da finitude*, HH interroga a história da *poiesis*, o seu poder de metamorfose, o desejo de perfeição sem conteúdo que a anima, o contacto, a inscrição das mãos no objecto fabricado” [itálicos meus] (99-100), Silvina Rodrigues Lopes parece enunciar, no fim-tornado-recomeço do seu ensaio, um objecto principal da sua própria leitura: a interrogação de uma *poiesis* que está em devir no próprio instante em que é interrogada. Fazer é re-colocar em movimento a escrita, libertá-la de automatismos (sistemas, categorias), observar uma pluralidade de sentidos do texto irreduzível ao monologismo, abdicar de um princípio de verdade independente da escrita para fundamentar a sua legibilidade. Silvina Rodrigues Lopes realiza estas operações mostrando que não há nelas qualquer negatividade (abdicar de um princípio de verdade não é uma perda, o que confirmaria ainda um axioma tácito de privilégio ontológico do verdadeiro, mas uma leitura primeira do texto literário). *A Inocência do Devir* ilustra, pois, aquilo que a autora defende magistralmente em *A Legitimação em Literatura* (1994) a partir de uma inspiração derridiana: não há *um* fundamento da literatura (da sua produção, da sua recepção, da sua teorização), mas a literatura promove a experiência plural de fundamentos e / ou o abandono da própria ideia de fundamento.

Em *A Legitimação em Literatura*, Silvina Rodrigues Lopes cita um excerto de Herberto Helder onde se define toda a “experiência” como “invenção” (460). *A Inocência do Devir* considera também o poema como invenção de um mundo que devém próprio: “Há no poema uma transfusão de memórias da ‘mitologia’ universal para a ‘mitologia pessoal,’ digamos, recordando Schelling (...). Trata-se de convocar o mítico como multiplicidade contraditória para a transfusão texto a texto” (94). O pensamento do devir não

anula, portanto, a resistência ou permanência de uma individualidade, mas esta “mitologia pessoal” não é senão texto(s): “Não há outro protagonista, porque o poeta que escreve é já, ou é apenas, o poema escrito” (19). Que esse poema, por sua vez, se dê numa leitura em devir, e que essa leitura, decorrendo, obrigue sempre a rever as certezas adquiridas, que a escrita nasça numa *tabula rasa* onde o leitor deve reaprender as leis ou as exceções a cada momento, é, neste ensaio fundamental sobre Herberto Helder, o próprio princípio da legibilidade e de um dionisíaco entendimento do fazer poético.

Pedro Eiras está preparando uma dissertação de doutoramento na Faculdade de Letras, na Universidade de Porto. É autor de *Antes dos Lagartos*, peça de teatro estreada na Mostra de Dramaturgias Contemporâneas em 2001, e *Estiletos*, um livro de contos. E-mail: pedro_eiras@hotmail.com